

Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

**AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Em 31 de dezembro de 2018

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Conselheiros e Administradores da

AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo

São Paulo, SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo (“Associação”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos contidos na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), combinadas com os aspectos contábeis contidos na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião com ressalva

Ajuste para redução ao valor de recuperação

Conforme descrito na nota explicativa nº 6, a **Associação** possui o saldo de R\$ 183.060 a receber referente ao convênio firmado com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Em 22 de março de 2017, a **Associação** firmou instrumento particular de transação com a Irmandade Santa Casa, onde concede um desconto financeiro de 50% equivalente a R\$ 120.878, para que seja efetuado o pagamento em uma única parcela das notas fiscais em aberto até 31 de dezembro de 2016. O desconto financeiro não foi reconhecido no resultado do exercício de 2017, bem como, não foi constituída uma estimativa para redução ao valor provável de recuperação. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante e o patrimônio líquido estavam a maior naquele valor.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Associação**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório datado em 13 de novembro de 2020, contendo a mesma ressalva, descritas neste relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **Associação** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Associação** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Associação** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Associação** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Associação**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Associação**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Associação** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, SP, 24 de novembro de 2020.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>		<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.782.089	661.306	Fornecedores		9.226	4.390
Contas a receber	6	183.060	183.060	Subvenções a realizar	8	1.154.396	60.261
Outros créditos		5.523	1.681	Obrigações trabalhistas	9	73.241	40.645
Despesas do exercício seguinte		2.798	2.455	Obrigações tributárias		15	218
		2.973.470	848.502	Outros passivos	10	2.663	10.082
Não circulante						1.239.541	115.596
Imobilizado	7	18.004	13.062	Não circulante			
		18.004	13.062	Subvenções a realizar	8	1.086.393	-
						1.086.393	-
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio Social	12	665.540	745.968
						665.540	745.968
Total do Ativo		2.991.474	861.564	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.991.474	861.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas operacionais			
Com Restrição			
Capacitação de gerentes de dados		68.002	-
Trabalho voluntariado		75.350	94.486
Capacitar para curar		-	250.260
Sem Restrição			
Contribuições e doações		336.695	211.801
Contribuições e doações - Casa de Apoio		86.341	44.694
Créditos nota fiscal paulista		58.241	83.858
Receita de prestação de serviços		-	113.565
Total de receitas operacionais	13	<u>624.629</u>	<u>798.664</u>
Custos e despesas operacionais			
(-) Custos operacionais			
. Capacitar para curar		(71.765)	(250.260)
. Trabalho voluntariado		(75.350)	(94.486)
. Custos assistência social matriz		(92.181)	(90.996)
. Custos assistência social casa do apoio		(171.911)	(200.760)
. Pronon 2018		(69.632)	-
Custos operacionais	14	<u>(480.839)</u>	<u>(636.502)</u>
(-) Despesas operacionais			
. Despesas administrativas	15	(270.290)	(344.928)
. Despesas tributárias		(18.099)	(18.874)
Despesas operacionais		<u>(288.389)</u>	<u>(363.802)</u>
Total de custos e despesas operacionais		<u>(769.228)</u>	<u>(1.000.304)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		68.561	58.403
Despesas financeiras		(4.390)	(4.784)
	16	<u>64.171</u>	<u>53.619</u>
Déficit do exercício		<u>(80.428)</u>	<u>(148.021)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Déficit do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.130.836	(236.847)	893.989
Incorporação ao patrimônio social	(236.847)	236.847	-
Déficit do exercício	-	(148.021)	(148.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	893.989	(148.021)	745.968
Incorporação ao patrimônio social	(148.021)	148.021	-
Déficit do exercício	-	(80.428)	(80.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>745.968</u>	<u>(80.428)</u>	<u>665.540</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(80.428)	(148.021)
Itens que não afetam o caixa:		
(+) Depreciação e amortização	4.835	4.691
(+) Valor residual de bens baixados	-	(2.518)
	(75.593)	(145.848)
(Aumento)/redução nos ativos em		
Contas a receber	-	58.697
Outros créditos	(3.842)	636
Despesas do exercício seguinte	(343)	1.881
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores	4.836	867
Subvenções a realizar	2.180.528	(250.260)
Obrigações tributárias	(203)	(26.955)
Obrigações trabalhistas	32.596	(1.667)
Outros passivos	(7.419)	(156.650)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	2.206.153	(373.451)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
(-) Aquisições de ativo imobilizado	(9.777)	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(9.777)	-
(Decréscimo) / Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	<u>2.120.783</u>	<u>(519.299)</u>
No início do exercício	661.306	1.180.605
No final do exercício	2.782.089	661.306
(Decréscimo) / Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	<u>2.120.783</u>	<u>(519.299)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em Reais)

1. Informações gerais

A AMEO – Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo ("**AMEO**"), constituída em 10 de junho de 2003 sob a forma de **Associação**, é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede na Rua Dona Veridiana, nº 410 - sala 32 – Vila Buarque – São Paulo – SP; certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, por Despacho do Secretário Nacional de Justiça, publicado no DOU de 17 de agosto de 2005, mantendo até a presente data a qualificação de OSCIP. A AMEO tem como finalidade promover gratuitamente a saúde, consoante inciso IV do artigo 3º da Lei nº 9.790/99, especialmente quanto ao incentivo e divulgação da doação voluntária da medula óssea como gesto espontâneo de responsabilidade social e, neste sentido:

- a) Planejar, organizar, implementar e divulgar campanhas educativas sobre doação de medula óssea em empresas públicas e privadas, sindicatos, escolas, universidades e em qualquer organização da sociedade civil, visando, criar a consciência do humanitarismo e da responsabilidade social do ato;
- b) Estimular o poder público municipal, estadual a investir, permanentemente em programas de comunicação social que visem incentivar a população a se cadastrar como doadora de medula óssea;
- c) Manter intercâmbio com os hemocentros e associações de doadores de medula óssea de outras cidades, estados e países;
- d) Estimular os doadores e pacientes de outras regiões do Brasil a organizarem-se em associações similares a esta;
- e) Promover a melhoria da assistência, conhecimento e acompanhamento dos pacientes que buscam diagnósticos, tratamento e recuperação das doenças hematológicas;
- f) Organizar a coleta e o processamento das doações de medula óssea no Hemocentro da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo ou colaborar no encaminhamento para outros locais no caso de ausência desta;
- g) Pleitear junto aos órgãos provimento do material necessário à realização dos exames de histocompatibilidade, para garantir o aproveitamento de todas as amostras coletadas;
- h) Manter intercâmbio com o Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME), no intuito de agilizar o registro dos doadores voluntários e dos pacientes;
- i) Auxiliar o programa de transplante de medula óssea por meio da efetiva sincronização entre hemocentros, laboratórios de histocompatibilidade, registro de doadores e centros de transplantes.

1.1 Desenvolvimento das atividades

Com o término da prestação de serviços para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, trabalhamos no plano de ação para mitigar o risco de continuidade operacional.

Esse cenário nos fez revisar toda nossa estrutura de despesas, o que nos levou a acelerar um profundo corte de gastos, revisão de processos e reestruturações internas. Além disso a buscamos novas captações de recursos por meio do PRONON e da Nota Fiscal Paulista.

O conjunto de medidas implementadas pela Administração ao longo dos últimos anos, tanto na parte de revisão de custos, quanto na ampliação do mix de receitas, se mostraram assertivas.

Continuamos mantendo foco nos objetivos da **Associação** e acreditamos que as ações em curso aumentaram e aumentarão o grau de sustentabilidade econômica, e viabilizarão a melhoria do retorno sobre o capital, por meio das economias obtidas nas revisões de processos e da sinergia resultante da integração das áreas.

A crise pela qual a Santa Casa e o Brasil passam, podem sim impactar em diminuição temporária do número de pacientes atendido, a quantidade de cestas básicas distribuídas, e outros benefícios, mas a **AMEO** está tomando todas as atitudes para manter os benéficos mais fundamentais operando.

A **Associação** continuará mantendo altos padrões de governança corporativa, compromisso com a ética, alto padrão de qualidade de seus serviços e processos, com o objetivo de fortalecer sempre mais a parceria com nossos pacientes.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidades sem Finalidade de Lucros”, ambas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais levam em consideração as disposições contidas nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a **Associação** atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da **Associação**, a sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

d) Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

e) Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 19 de setembro de 2019.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

i. Ativos financeiros não derivativos

A **Associação** reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a **Associação** se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A **Associação** tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a **Associação** gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da **Associação**. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações dos projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a **Associação** se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A **Associação** baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A **Associação** tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outros passivos.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

ii. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2018 e 2017, incluindo operações de hedge.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários mantidos em conta corrente e aplicação financeira. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo no decurso normal das atividades da **Associação**. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, conforme regime de competência na data do balanço. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, se necessária.

c) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo foram incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando necessário.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Móveis e utensílios 10 anos
- Máquinas e equipamentos 10 anos
- Benfeitoria em imóveis de terceiros 5 anos
- Equipamentos de computação 5 anos

d) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

e) Subvenções a realizar

As subvenções a realizar são valores obtidos por meio do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON). São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor do projeto correspondente.

f) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a **Associação** tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da **Associação**, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, sendo empregado integralmente nos objetivos sociais da **Associação** conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

h) Apuração do déficit / superávit

De acordo com o parágrafo 15 da Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit ou parte dele que tenha alguma restrição em sua destinação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

No caso da **Associação**, o déficit será integralmente incorporado ao Patrimônio social após a aprovação da Assembleia Geral dos Associados.

i) Receitas

As receitas da **Associação** são provenientes, substancialmente, de doações de pessoas físicas e jurídica, dos créditos da nota fiscal paulista, do projeto PRONON e até o exercício de 2017 do Convênio nº 01/2008 mantido com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

j) Despesas

As despesas da **Associação** são comprovadas por meio de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros em aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

l) Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

m) Arrendamentos mercantis (financeiro e operacional)

A **Associação** não possui operações de arrendamento mercantil financeiro. Os arrendamentos se referem à imóveis destinados para a realização de suas operações e foram classificados como arrendamento operacional, sendo os correspondentes valores reconhecidos no resultado.

n) Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio social que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, ou seja, o déficit do exercício é igual ao resultado abrangente.

o) Imunidade e isenção tributária

A **Associação** goza de imunidade de Imposto de Renda (IRPJ), isenção da Contribuição Social sobre o superávit e COFINS sobre a receita por se tratar de Entidade sem fins lucrativos.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A **Associação** está exposta aos seguintes riscos financeiros: riscos de crédito e de liquidez.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados, o que é de baixo risco pois os principais recursos da **Associação** provêm de doações e do convênio.

O risco de crédito é reduzido também em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras de primeira linha

(b) Risco de liquidez

É o risco de a **Associação** não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A **Associação** realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar os riscos de liquidez. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da **Associação** ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa		
Fundo fixo de caixa	232	428
	232	428
Banco conta movimento		
Banco Do Brasil S/A - C/C 20.647-4	1.790.825	-
Banco Santander S/A	23	-
Banco Itaú S/A - c/c 41133-1	10	10
Banco Itaú S/A - c/c 53136-9	10	10
	1.790.868	20
Aplicações financeiras		
Banco Do Brasil C/C 19.971.0 Pronon 2018	559.416	-
Banco Santander S/A - CDB/RDB	191.548	386.158
Aplicação Renda Fixa Itaú - CDB-CDI	155.254	100.000
Banco Itaú S/A - c/c 41133-1 Auto +	75.542	40.796
Banco Santander S/A - Poupanca	5.032	-
Banco Itaú S/A - c/c 53136-9	4.197	3.738
Banco Santander S/A - Santander FIC FI	-	103
Banco do Brasil C/ 109811X - Capacitar p/ curar	-	130.063
	990.989	660.858
	2.782.089	661.306

Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras incluem rendimentos auferidos *pró-rata temporis* até a data do balanço, que não excedem ao seu valor de mercado ou de realização, não havendo prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, representados por:

Certificados de Depósitos Bancários - CDB's

Aplicações realizadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) junto a instituições financeiras de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais de variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

Fundos de renda fixa

Recursos aplicados em fundos de investimentos financeiros lastreados em títulos de renda fixa.

As aplicações financeiras são remuneradas às taxas que variam entre 95% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário.

6 Contas a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cientes a receber - Convênios	183.060	183.060
	<u>183.060</u>	<u>183.060</u>

Convênios

A AMEO em 19 de dezembro de 2008 firmou convênio com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, com vigência inicial de dois anos, sendo prorrogado por prazo indeterminado se nenhuma das partes solicitar sua rescisão. O presente convênio tem por objeto a parceria da "Irmandade" com a AMEO para a terceirização da captação de doadores, digitação e disponibilização dos dados obtidos no cadastramento de doadores de medula óssea no formato disponibilizado pela Irmandade. A captação de doadores é realizada de acordo com as diretrizes das portarias MS nº 1.313 e 1.314 de 20 de novembro de 2000. O faturamento da AMEO para a Irmandade ocorre de acordo com a quantidade de doadores cadastros.

Em 22 de março de 2017, a **Associação** firmou instrumento particular de transação com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, onde a AMEO concede um desconto financeiro de 50% equivalente a R\$ 120.878, para que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo efetue o pagamento em uma única parcela das notas fiscais em aberto até 31 de dezembro de 2016. Devido a emissão de todas as obrigações acessórias, as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 não foram ajustadas, ocorrendo o reconhecimento do desconto financeiro e a constituição de estimativa de perda para o restante do valor nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

Ônus reais/garantias prestadas

A **Associação** não possuía quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos correspondentes valores em aberto.

7 Imobilizado

	% Depreciação ao ano	2018	2017
Imobilizado			
Máquinas e equipamentos	10%	1.816	1.816
Móveis e utensílios	10%	17.865	17.865
Equipamentos de computação	20%	22.778	13.778
Equipamentos De Comunicação	20%	777	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	-	20.593
		43.236	54.052
(-) Depreciação acumulada		(25.232)	(40.990)
		18.004	13.062

O ativo imobilizado é representado pelos bens destinados à manutenção das atividades da **Associação** e estão registrados ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota nº 3d.

A movimentação ocorrida no exercício está a seguir demonstrada:

	Saldo 31/12/17	Adições	Baixas	Saldo 31/12/18
<u>Custo Total</u>				
Máquinas e equipamentos	1.816	-	-	1.816
Móveis e utensílios	17.866	-	(1)	17.865
Equipamentos de computação	13.778	9.000	-	22.778
Equipamentos de comunicação	-	777	-	777
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20.592	-	(20.592)	-
	54.052	9.777	(20.593)	43.236
<u>Depreciação acumulada</u>				
Máquinas e equipamentos	(1.816)	-	-	(1.816)
Móveis e utensílios	(6.383)	(2.846)	-	(9.229)
Equipamentos de computação	(12.198)	(1.925)	-	(14.123)
Equipamentos De Comunicação	-	(64)	-	(64)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(20.593)	-	20.593	-
	(40.990)	(4.835)	20.593	(25.232)
Saldo líquido	13.062	4.942	-	18.004

As adições à depreciação acumulada foram registradas integralmente no resultado, na conta "Despesas gerais e administrativas".

Bens oferecidos em garantia

A **Associação** não possui bens oferecidos em garantia ou quaisquer ônus/restrições à plena utilização dos bens do ativo imobilizado.

8 Subvenções a realizar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subvenções a realizar	2.240.789	60.261
	<u>2.240.789</u>	<u>60.261</u>
Circulante	1.154.396	60.261
Não circulante	1.086.393	-
	<u>2.240.789</u>	<u>60.261</u>

Com a publicação da Portaria nº 1.550, de 29 de julho de 2014, definindo os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), a **Associação**, através da inscrição SIPAR nº 25000.159.952/2014-73, inscreveu o projeto “Capacitar para Curar”, com o objetivo de criação de um portal de informações multimídia sobre cuidados pré e pós transplante para pacientes de transplante de medula óssea e de realizar capacitação de profissionais de Casas de Apoio para uso do material.

O projeto Capacitar para Curar – Formação para profissionais, cuidadores e pacientes de Transplante de Medula Óssea foi aprovado e autorizado para captar recursos por meio da Portaria de Autorização nº 1.078 de 26 de novembro de 2014, no montante total captado de R\$ 522.969. O valor foi totalmente captado no final de dezembro de 2014, sendo registrado como subvenções a realizar. O projeto foi realizado no período entre 15 de dezembro de 2015 a 06 de novembro de 2018.

Paralelamente ao projeto Capacitar para Curar, a **Associação** obteve a aprovação do projeto de “Capacitação de Gerentes de Dados em Transplante de Células-Tronco Hematopoiéticas”, no âmbito do PRONON, que foi aprovado por meio do Parecer Técnico nº 29/2017-CGATES/DEGES/SGTES/MS, no valor de R\$1.513.257, sendo alterando o valor total do projeto para R\$ 1.760.524, conforme aprovado no Parecer Técnico Nº 61/2018-CGATES/DEGES/SGTES/MS.

9 Obrigações trabalhistas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão de férias e encargos sociais	39.378	22.297
Salários a pagar	19.462	8.522
INSS a recolher	9.134	5.956
FGTS a recolher	2.776	1.966
IRRF s/ folha de pagamento	2.054	1581
PIS s/ folha de pagamento	437	323
	<u>73.241</u>	<u>40.645</u>

Os saldos se referem, principalmente, a folha de pagamento, provisão de férias e aos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento apurados no mês de dezembro 2018.

10 Outros passivos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aluguel a pagar	2.094	4.586
Seguros a pagar	569	552
Serviços a pagar	-	4.534
Outras contas a pagar	-	410
	<u>2.663</u>	<u>10.082</u>

11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A **Associação** no exercício de 2018 não possui passivos contingentes e ativos contingentes em andamento com probabilidade de perda provável.

12 Patrimônio Líquido

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Patrimônio social	665.540	745.968
	<u>665.540</u>	<u>745.968</u>

Patrimônio Social

No estatuto social consta que o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

Com base na Lei 9.718/98, as Entidades sem fins lucrativos para se manterem imunes do pagamento de Imposto de Renda e isentas da Contribuição Social devem destinar integralmente seus superávits à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Déficit do exercício

O déficit do exercício do exercício de 2018 no montante de R\$ 80.428 ((R\$ 148.021) em 2017) é incorporado à conta patrimônio social no patrimônio líquido, após a aprovação da Assembleia Geral dos Associados.

13 Receita Líquida de serviços

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de prestação de serviços		
Prestação de serviços	-	129.937
(-) Deduções de receitas de serviços	-	(16.372)
	<u>-</u>	<u>113.565</u>
Cotribuições e doações		
.Doações pessoas físicas - sem restrição	31.854	54.573
.Doações pessoas jurídicas - sem restrição	273.518	97.270
.Outras receitas	31.323	59.958
	<u>336.695</u>	<u>211.801</u>
Cotribuições e doações Casa de Apoio		
.Doações pessoas físicas - sem restrição	33.249	5.475
.Doações pessoas jurídicas - sem restrição	36.328	21.000
.Venda de produtos bazar	10.493	12.345
.Festa junina	6.271	5.874
	<u>86.341</u>	<u>44.694</u>
Demais receitas		
Capacitação de gerentes de dados	68.002	-
Créditos nota fiscal paulista	58.241	83.858
Trabalho voluntariado	75.350	94.486
Capacitar para Curar - Ministério da Saúde	-	250.260
	<u>201.593</u>	<u>428.604</u>
	<u><u>624.629</u></u>	<u><u>798.664</u></u>

Trabalho voluntário

Baseado na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo seu valor justo correspondente ao valor da prestação de serviços como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

O custo do trabalho voluntário considerou os períodos disponibilizados pelos membros do Conselho Consultivo, Conselho Fiscal e Diretoria à **AMEO**

Desta forma, baseado em valores de remuneração de mercado, foram reconhecidos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os montantes de **R\$ 75.350** e **R\$ 94.486**, respectivamente. A contrapartida foi registrada em "Custos operacionais".

14 Custos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custos com assistência social Matriz		
Serviços de terceiros - PJ	(35.954)	(14.922)
Aluguel e condomínio	(28.096)	(33.708)
Campanhas	(6.939)	-
Material auxiliar de consumo	(6.371)	(7.013)
Viagens e estadias	(1.193)	(2.042)
Bazar	-	(23.651)
Serviços de terceiros - PF	-	(88)
Telefone / Internet	-	(2.037)
Outros	(13.629)	(31.187)
	<u>(92.182)</u>	<u>(114.648)</u>
Custos com assistência social Casa de Apoio		
Salários, benefícios e encargos sociais	(104.611)	(118.795)
Aluguel e condomínio	(25.449)	(24.946)
Manutenção e reparos	(5.577)	(4.309)
Serviços de terceiros - PJ	(7.246)	(1.900)
Telefone / Internet	(2.793)	(3.465)
Condução	(2.763)	(1.706)
Outros	(21.186)	(21.987)
	<u>(169.625)</u>	<u>(177.108)</u>
Capacitar para Curar		
Salários, benefícios e encargos sociais	-	(57.623)
Serviços de terceiros - PJ	-	(129.842)
Serviços de terceiros - PF	-	0
INSS - Terceiros	-	(1.977)
Material auxiliar de consumo	-	(25.474)
Viagens e estadias	-	(26.525)
Outros	(71.765)	(8.819)
	<u>(71.765)</u>	<u>(250.260)</u>
Capacitação de gerentes de dados		
Salários, benefícios e encargos sociais	(64.417)	-
INSS - Terceiros	(2.252)	-
Outros	(5.248)	-
	<u>(71.917)</u>	<u>-</u>
Trabalho voluntariado		
	<u>(75.350)</u>	<u>(94.486)</u>
	<u>(480.839)</u>	<u>(636.502)</u>

15 Despesas Administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários	(126.269)	(147.508)
INSS - Empresa	(30.280)	(37.497)
Assistência Médica	(18.902)	(24.447)
Férias	(17.941)	(15.652)
FGTS	(11.535)	(13.872)
PAT - Trabalhador	(10.798)	(14.512)
INSS - Terceiros	(8.363)	(10.356)
13º salário	(7.605)	(15.777)
Outras despesas	(38.597)	(65.307)
	<u>(270.290)</u>	<u>(344.928)</u>

16 Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	68.288	58.112
Outras	273	291
	<u>68.561</u>	<u>58.403</u>
Despesas Financeiras		
Despesas bancárias	(4.390)	(4.662)
Outras	-	(122)
	<u>(4.390)</u>	<u>(4.784)</u>
	<u>64.171</u>	<u>53.619</u>

17 Renúncia fiscal

Em atendimento a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), a **Associação** apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurado nos exercícios de 2018 e de 2017 caso a obrigação legal devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da **Associação** não ter obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR em função de sua natureza ser de Entidade sem fins lucrativos.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
COFINS sobre receita	42.304	44.987
	<u>42.304</u>	<u>44.987</u>

A **Associação** não realizou estimativa da renúncia do Pis, pois entende-se que a legislação da Entidade sem fins lucrativos é bastante clara quanto a tributação com base na folha de pagamento à alíquota de 1%, portanto já devidamente registrado e pago mensalmente.

Com relação à COFINS, por estar a **Associação** qualificada como OSCIP, sua tributação é apurada no regime não cumulativo, portanto a alíquota de 7,60% assim procedido em 2018 e 2017.

O IRPJ e a CSLL no ano-calendário de 2018 e de 2017 devido ao déficit apurado não foi realizada a estimativa da renúncia fiscal de IRPJ e CSLL.

18 Cobertura de seguros

A **Associação** contrata seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância, o valor e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, cujos montantes contratados são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

* * * *